

TJMG

I N F O R M A T I V O

Dedicação que atravessa gerações

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – NOVEMBRO – 2013
ANO 19 – NÚMERO 188

São milhares de homens e mulheres em todo o Estado, com formações diversas e que desempenham as mais variadas funções. Essas pessoas possuem uma coisa em comum: com o seu trabalho constroem a base do Poder Judiciário. São os servidores da Justiça, que fazem com que toda a engrenagem funcione e que a crescente demanda dos cidadãos seja atendida por meio de um serviço de qualidade. Essa edição do *TJMG Informativo* traz histórias desses trabalhadores, alguns antigos de casa e outros que acabam de chegar para integrar os quadros do Tribunal. Há casos também de gerações de uma mesma família que optaram por fazer carreira no Judiciário.

Páginas 4 e 5

Oswaldo Ramos Braga, com seus filhos, Marcelo e Maria Luzia, e com a neta Bárbara: todos servidores da Justiça

Os trabalhadores da Justiça

Cerca de 16 mil servidores trabalham no Judiciário de Minas. São bacharéis em direito, assistentes sociais, engenheiros, médicos, psicólogos, jornalistas e outros tantos com formação superior e também no ensino médio. Homens e mulheres que possuem uma coisa em comum: com o seu trabalho constroem a sustentação da Justiça estadual.

Os servidores da Justiça, seja os que trabalham nas secretarias, na área administrativa, na Escola Judicial, na Corregedoria ou os que cuidam do patrimônio da instituição, fazem com que toda a engrenagem funcione e que a crescente demanda da sociedade seja atendida por meio de um serviço de qualidade. Conheça nas páginas centrais desta edição do *TJMG Informativo* histórias desses servidores, alguns antigos de casa e outros recém-chegados. Há até gerações de uma mesma família que optaram por fazer carreira no Judiciário.

Esta edição traz também matéria sobre uma importante novidade na Justiça em todo o Estado. A partir de agora, todas as varas irão publicar na íntegra as sentenças, decisões e despachos dos processos em tramitação. As peças ficam disponíveis para partes e advogados na consulta pública processual, no *Portal TJMG*. As publicações servem para informar com rapidez e para evitar deslocamentos até as secretarias.

Leia ainda entrevista com o servidor Marco Antônio Rodrigues Alves, um dos mais antigos do TJ, com 42 anos de serviço na instituição, e matéria sobre o lançamento do novo código de normas dos cartórios extrajudiciais. Na página de turismo, dicas para aproveitar o festival da jabuticaba em Sabará.

Boa Leitura!

TJ participa do Outubro Rosa

Daniela Souza



Durante o mês de outubro, em todo o mundo, são promovidas diversas ações em apoio à luta contra o câncer de mama, iniciativa conhecida como Outubro Rosa. O TJMG, por meio da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) e da Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat), participou do evento. No dia 18 de outubro, foi realizado o "Vem de Rosa". Muitos servidores e usuários aderiram à campanha e vieram para o Tribunal com pelo menos uma peça do vestuário na cor rosa. No saguão da Unidade Goiás, uma equipe de enfermagem ensinou mulheres a fazer o autoexame e a reconhecer nódulos.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

Ouidor:

Desembargador Doorgal Andrada

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Leticia Lima

Editores:

Lucas Loyola e Patrícia Melillo

Design Gráfico:

Cristina Baía Marinho

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

Decisões judiciais do TJ serão publicadas na íntegra na internet



Vagner Antonio

Em 10 de outubro, os desembargadores Herculano Rodrigues e Audebert Delage assinaram portaria-conjunta que trata das publicações

Raul Machado

“Olá! Você pega esse processo para mim, por favor? O juiz deu um despacho nele, preciso ver”, diz o advogado no balcão da secretaria. “O! Um minuto e já pego”, diz o servidor.” O diálogo, que acontece diariamente nas varas da Justiça estadual, será praticamente extinto a partir de janeiro do ano que vem. Até lá, as varas devem publicar, na íntegra, na internet, todas as sentenças, decisões e despachos.

As peças ficam disponíveis para partes e advogados na consulta pública processual, no *Portal TJMG*. As publicações servem para informar com rapidez e evitar deslocamentos até as secretarias.

Em 10 de outubro, o presidente do TJ, desembargador Herculano Rodrigues, e o corregedor-geral de Justiça, desembargador Audebert Delage, assinaram a Portaria-Conjunta 312/2013, que institucionaliza o sistema de Publicação de Sentenças, Decisões e Despachos na Internet.

A experiência em Belo Horizonte começou em agosto de 2009, quando a juíza Mônica Libânio Rocha Bretas, da 34ª Vara Cível de BH, passou a enviar o inteiro teor das decisões por *e-mail* para advogados e partes. Em setembro de 2012, o projeto-piloto do atual sistema começava a ser instalado nessa vara.

Atualmente, a publicação das peças faz parte da rotina da 34ª Cível. A escrivã Maria Goretti Gomes sente que o movimento de balcão diminuiu. “Agora são os advogados que cobram quando, por algum motivo, não publicamos”, conta ela. “No início foi difícil incorporar a nova atividade, mas, com o tempo, o resultado foi positivo”, diz.

A juíza Mônica Libânio destaca a importância da parceria entre gabinete e secretaria para a consolidação do programa. De acordo com a portaria, o gabinete deve compartilhar uma “pasta de decisões” com a

secretaria. “É um processo de quebra de paradigmas”, ressalta a magistrada.

A juíza Lilian Maciel Santos, da 2ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias também aderiu à publicação voluntária logo no início da implantação do projeto-piloto. Para ela, a disponibilização agiliza a prestação jurisdicional, além de ampliar a transparência.

Além das decisões judiciais, a vara publica também outras peças processuais, como atas de audiências e oitiva de testemunhas. O escrivão Adriano Pereira também observou queda no movimento do balcão, mas acredita que todos os benefícios só chegarão

As peças ficam disponíveis para partes e advogados na consulta pública processual, no *Portal TJMG*

quando a publicação na internet cair na rotina dos juízes, das secretarias e dos advogados.

O sistema foi desenvolvido pela Diretoria Executiva de Informática do TJ (Dirfor) em parceria com a Corregedoria. Segundo Libéria de Oliveira, da Gerência de Orientação dos Serviços Judiciais Informatizados (Gescom), a cartilha que está disponível na página inicial já possibilita que o publicador utilize o sistema. “Mesmo antes da assinatura da portaria já estávamos sendo demandados por varas interessadas”, conta a

servidora, que presta suporte às secretarias por *e-mail* ou telefone.

Sueli de Paula Vinhal é escrivã da 33ª Vara Cível e já está fazendo as publicações na internet. “Para agilizar as atividades, a publicação no Diário do Judiciário eletrônico (DJe) é a mais simples possível, mas indica o caminho do inteiro teor na *web*. Economiza tempo e divulga a novidade”, conta.

A nova publicação não substitui a do Dje. “É um facilitador”, explica Júlio Nunes, da Dirfor. Atualmente, a secretaria publica os atos judiciais no Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (Siscom), para que sejam disponibilizados no Dje. “O objetivo é futuramente caminharmos para a unificação das duas soluções, mantendo os benefícios de ambas”, explica. O DJe é um arquivo digital lacrado e assinado eletronicamente, esclarece o servidor.

A publicação das peças processuais na internet já é realizada, de forma facultativa, em 151 varas, em 50 das 296 comarcas do Estado. O sistema é acessado na *Rede TJMG*, no menu Judicial/Publicação de Sentença na Internet.

Segredo de justiça

A obrigatoriedade de publicação dos despachos e das decisões judiciais não atinge os processos que tramitam em segredo de justiça. Nesses casos, a publicação será opcional, mas deverá ser feita de maneira a preservar a identidade dos envolvidos. A norma prevê ainda a restrição de publicação de peças relacionadas a tutelas de urgência e de peças que possam trazer algum prejuízo ao processo ou às partes. Nesses casos, o magistrado deverá fundamentar a decisão de não publicação.

Servidores falam sobre trajetória

Fotos: Vagner Antônio



Oswaldo Braga acompanha com satisfação o trabalho da neta e do filho no Tribunal de Justiça

Renata Caldeira



Vanderleia Rosa

Há mais de 50 anos, quando Francisco Vítor Mesquita Lamaita começou a trabalhar no Fórum de Três Pontas, como *office-boy* do cartório criminal, ele não fazia ideia de que lá ficaria tanto tempo. Atuou como oficial de justiça e, aprovado e nomeado como contador e distribuidor, atualmente técnico de apoio judicial, permanece no cargo até hoje. De espírito conciliador e personalidade tranquila, conta que, nesses anos, fez muitos amigos, conviveu com vários juizes, presenciou mudanças. Acompanhou a chegada de muitos servidores, viu outros partirem, optou por ficar: “Sempre me senti feliz e realizado na instituição”.

Preparando-se para a aposentadoria, ele diz que terá muitas recordações desse meio século dedicado ao Judiciário de Minas. Planos para o futuro, ele tem vários: descansar, curtir a família, os netos. No coração, ficará o carinho por todos com quem trabalhou; na consciência, a certeza do de-

ver cumprido, com responsabilidade e segurança.

Como Francisco, muitos são os servidores que já completaram décadas de serviço prestado ao Judiciário de Minas. É o caso da família Garcia. Desde pequenos, Alexandre Garcia e Antônio Luiz Garcia de Paiva percebiam no pai, Toninho Garcia, a dedicação para com o trabalho. Passaram parte da infância e da adolescência ouvindo o pai contar casos do TJ, demonstrando o quanto gostava do que fazia. Influenciados pela figura paterna, optaram por fazer carreira no TJMG. Contam que o pai, já falecido, dedicou 52 anos ao TJMG e sempre dizia que a instituição era sua segunda casa. Acreditam que o fato de o pai ter trabalhado na instituição foi decisivo em suas escolhas. Eles também têm tios que se aposentaram no TJ e primos que atuam há vários anos na instituição.

De pai para filhos

Alexandre recorda as muitas vezes que veio com seu pai ao TJMG quando criança, entre elas, à época do Natal, quando o Papai Noel descia a escadaria do Palácio da Justiça tocando os sinos e presenteando os filhos dos servidores. “Como meu pai, fui me apaixonando pela instituição. Com 23 anos de Casa, já trabalhei na 1ª Câmara Criminal, na Assessoria de Comunicação e, atualmente, estou lotado na Memória do Judiciário Mineiro, onde a lembrança daquele tempo e do meu saudoso pai me vem com muita força.”

Ao fazer a opção pelo TJ, há 29 anos, Antônio Luiz, lotado na Coordenação de Provimento na Primeira

Instância, seguiu o conselho do pai, que sempre dizia que o TJMG era um lugar saudável e promissor: “Agradeço todos os dias por essa escolha, pois atuar nessa instituição me permitiu criar os filhos e fazer grandes amigos. Daqui a pouco, sentirei saudades, pois a aposentadoria já vem chegando...”.

Antônio destaca que, nesse período, acompanhou a trajetória de vários colegas: “Muitos que aqui ingressaram comigo seguiram a carreira jurídica e se tornaram diretores, juizes e até desembargadores”. Ele mencionou ainda a preocupação da Casa com seus servidores bem como a participação atuante do sindicato nas conquistas destes.

Por sua vez, Alexandre ressalta que, apesar dos muitos anos dedica-

na Justiça



Ao optarem pelo TJMG, Alexandre e Antônio Garcia inspiraram-se no pai, Toninho Garcia

dos ao TJ, procurou não se acomodar, sugerindo, sempre que oportuno, mudanças para que o trabalho pudesse ser mais interessante e inovador. Pontua ainda que o importante é ter a consciência de que o serviço público não é simplesmente um trabalho, mas um serviço voltado para a sociedade, para o cidadão.

Entusiasmo que se repete

Marcelo Braga, coordenador do Serviço de Controle da Movimentação e Manutenção de Bens Permanentes (Sermap), e a irmã Maria Luzia Braga, taquígrafa judiciária e, atualmente, consultora do sistema Themis, também seguiram os passos do pai,

Oswaldo Ramos Braga, que trabalhou durante 31 anos na Casa.

Oswaldo ou Vavá, como é conhecido, começou a trabalhar no Tri-

Como meu pai, fui me apaixonando pela instituição

bunal como servente. Foi motorista, oficial de justiça e aposentou-se, há 23 anos, como coordenador do Serviço da Condução de Autos. Ele se recorda do tempo em que a condução dos processos era feita em uma charrete e dos muitos presidentes que conheceu,

entre eles, o desembargador Amílcar de Castro. Falou da sua alegria quando seus filhos fizeram a opção pelo Tribunal de Justiça, tradição reforçada, recentemente, com a chegada da neta Bárbara de Almeida Braga, aprovada em concurso para o cargo de técnico judiciário, especialidade engenharia civil.

“Meu pai veio para o TJ quando eu nasci. Assim, fui crescendo com a presença constante da instituição em minha vida. Depois foi a vez de minha irmã Luzia ser aprovada no concurso para taquígrafia, também influenciada por ele. Eu trabalhava na Minas Caixa, mas, com a extinção do órgão, tive a oportunidade de vir trabalhar no TJ em 1991, como projetista de arquitetura. Fui acolhido pela instituição com muito

respeito”, relata. Para Marcelo, que já recebeu convites para atuar como projetista em outras instituições, a opção pelo TJMG foi um sonho de menino que se tornou realidade.

Sobre as atividades desenvolvidas na Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário (Copat), da qual faz parte, Marcelo destaca a importância do setor no bem-estar dos servidores, dos magistrados e do público externo. “Questões que envolvem acessibilidade, ergonomia, conforto, organização, entre outras, norteiam nosso trabalho. Cada um tem uma necessidade e procuramos atendê-la, por meio de um mobiliário adequado e inclusivo.”

Apesar de muitos anos de Casa, Luzia Braga prefere adiar o momento da aposentadoria. “Gosto muito do meu trabalho no Themis; é dinâmico e interessante”, declara. Ela também percorreu muitos caminhos no TJ. Atuou por dez anos como taquígrafa, foi diretora de acórdãos e revisora do Cartório de Feitos Especiais. Conta, com saudade, que quem a treinou para o concurso foi o servidor Toninho Garcia.

Recém-chegados

A satisfação de trabalhar na instituição não é atributo somente dos que estão aqui há muito tempo, já identificados com as atividades que executam. Bárbara Braga, filha de Marcelo e neta de Oswaldo Braga, está há quatro meses no TJ. Ela também conheceu a instituição ainda criança. Esses primeiros contatos, declara, foram permitindo-lhe perceber a atmosfera do local. Hoje, já como servidora da Casa, constata também que o TJ abre espaço para o aprendizado e o desenvolvimento dos seus profissionais.

Bruno Pinheiro, lotado na Central de Comunicação para a Gestão Institucional (Cecom), tem três anos de TJMG e fala de sua escolha: “Gosto de trabalhar aqui por vários fatores, entre eles, a carga horária, o ambiente de trabalho saudável, o baixo nível de estresse. Minha pretensão, no momento, é seguir carreira no TJ”.

Permanecer não significa, contudo, acomodar-se. Significa, a partir da experiência adquirida, buscar melhorias para o trabalho prestado à sociedade. Comungando desse pensamento, Bruno Pinheiro ressalta a importância de a instituição direcionar o olhar para os que aqui atuam, cuja dedicação, como mostram os relatos, vem de gerações.

Servidor concilia rotina no TJ com paixão pela literatura



Vagner Antonio

■ Ao longo de 42 anos, Marco Antônio trabalhou no serviço odontológico e em cartório, atuações paralelas à sua dedicação aos livros

Francis Rose

Aos 62 anos, Marco Antônio Rodrigues Alves está entre os servidores mais antigos do TJMG, com nada menos do que 42 anos de serviço. Apesar de ser formado em odontologia – profissão que exerceu por cerca de 20 anos –, o servidor descobriu na literatura a sua grande paixão. Com várias obras publicadas e premiadas, ele divide seu tempo entre as letras e o trabalho na secretaria da 2ª Câmara Criminal. Para Marco Antônio, competência, integração com os colegas, perseverança e gosto pelo serviço são fundamentais para garantir uma boa atuação e a realização profissional ao longo de tantos anos.

Como foi seu ingresso no TJMG?

Eu cursava o terceiro ano de odontologia e um colega sugeriu que eu fizesse o concurso. Eram oito vagas. Fui aprovado e comecei a trabalhar no cartório da 2ª Câmara Criminal. Logo que me formei, começaram os esforços para a criação do serviço odontológico do Tribunal. Nos primeiros anos, os dentistas atendiam os servidores e magistrados em seus próprios consultórios. Nessa época, pas-

sei a trabalhar no meu consultório. Dezenove anos depois, voltei a trabalhar na 2ª Câmara Criminal. Na secretaria, executo o trabalho típico: faço pastas, abro volumes etc. Eu cursei letras e encerrei a minha carreira na odontologia. Escrever é a minha grande paixão.

O que você gosta de escrever?

Principalmente, literatura erótica. Em 2007, ganhei um prêmio no Concurso Nacional de Literatura Cidade de Belo Horizonte, com a obra *Na Cadência de Eros*. Já inscrevi contos em outros concursos e tenho outras premiações. Até o fim deste ano, devo lançar *O Romance da Rua da Bahia*. Sou um apaixonado pela rua da Bahia, em Belo Horizonte.

Como você explica a permanência durante tantos anos numa mesma instituição?

Tive a sorte de encontrar bons colegas e chefes, além de um ambiente de trabalho saudável. Ao longo desses anos, não me senti pressionado ou frustrado. Pelo contrário, com planejamento, dá para cumprir o que é neces-

sário. Eu sempre me programei para me aposentar quando completasse 35 anos de serviço, mas, na época, ainda não tinha a idade exigida. Então, fui ficando. Hoje, moro perto do TJ e venho para o trabalho a pé. Como gosto do serviço, não vejo motivo para a aposentadoria. Enquanto o TJ funcionar na rua Goiás, continuo.

“
Eu sempre me programei para me aposentar quando completasse 35 anos de serviço, mas, na época, ainda não tinha a idade exigida

O que mudou no TJ ao longo do tempo?

Com certeza, a maior mudança foi o uso da informática. Quando eu ingressei no Tribunal, fazíamos a mo-

vimentação processual em livros. Com a informática, isso ficou muito mais fácil. O trabalho, por sua vez, também se multiplicou. Outra percepção que tive foi que a instituição cresceu muito.

Como é a sua convivência com os novos servidores?

É muito boa. O ambiente no cartório é alegre e somos integrados. A rotatividade tem aumentado. Então, muitos servidores entram, ficam pouco tempo e saem. Da minha época, já não tenho mais nenhum colega.

Qual o maior aprendizado no TJ?

Aprendi a discernir melhor as pessoas; a saber em quem posso ou não confiar.

Como é o Marco Antônio fora do trabalho?

Além de escrever, gosto de fazer caminhadas e de reler alguns de meus autores preferidos: Nelson Rodrigues, Guimarães Rosa, Machado de Assis e Dalton Trevisan.



■ Atos normativos foram reunidos em um livro que poderá ser consultado de forma rápida e prática pelos cidadãos e pelos profissionais que atuam diariamente nos serviços extrajudiciais do Estado

TJ lança código de normas dos cartórios

Patrícia Melillo

O serviço extrajudicial do Estado já conta com um novo código de normas. Lançado em solenidade realizada em 29 de outubro, no auditório do Tribunal de Justiça, o documento é composto por cerca de 1,1 mil artigos editados em forma de livro e será entregue para todos os desembargadores, juízes de direito e titulares de cartórios de Minas Gerais. O cidadão também poderá consultar o código pela internet, no Portal TJMG.

De acordo com o juiz auxiliar da Corregedoria Gilson Soares Lemes, um grupo composto de 12 membros designados pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Audebert Delage, trabalhou durante 11 meses na elaboração das normas. O grupo contou com a consultoria do desembargador Marcelo Rodrigues. Diversas reuniões, estudos e debates resultaram no documento que consolida, sistematiza e uniformiza todas as normas da Corregedoria. Segundo o juiz, todos os atos, provimentos e avisos foram atualizados e aperfeiçoados conforme as necessidades verificadas.

O grupo, presidido pelo juiz Gilson Lemes e formado por juízes, cartorários e servidores, concluiu o novo Código de Normas para as Atividades dos Ser-

O objetivo é reunir os atos normativos em um código único, sistematizando esses atos para viabilizar uma consulta mais rápida e prática, o que irá facilitar e dar mais agilidade ao trabalho dos profissionais dos cartórios

viços Extrajudiciais em 21 de agosto deste ano e o entregou oficialmente em 10 de setembro ao desembargador Audebert Delage. O corregedor considera o trabalho como a "menina dos olhos" de sua gestão. "É um dos códigos mais completos e modernos do Brasil, um documento para os próximos 20 anos", elogia o magistrado.

O juiz Gilson Soares Lemes explica que o grupo de trabalho buscou aperfeiçoar as normas já existentes e editar outras para que o atendimento ao cidadão seja cada vez melhor e para que haja também mais segurança jurídica na prestação dos serviços extrajudiciais. O código visa a consolidação de leis federais, estaduais e atos da Corregedoria que disciplinam as atividades e o funcionamento dos cartórios. "O objetivo é reunir todos os atos normativos em um código único, sistematizando esses atos para viabilizar uma consulta mais rápida e prática, o que irá facilitar e dar mais agilidade ao trabalho dos profissionais dos cartórios", conclui.



■ Sabará possui expressivo conjunto de igrejas setecentistas, como a de Nossa Senhora do Ó, de 1717.



■ Negra, doce e de forma arredondada, a jaboticaba é conhecida como o "ouro negro" da cidade

Sabará recebe turistas no Festival da Jaboticaba

Daniele Hostalácio

"Sabará é a terra da jaboticaba. De repente, em certa época do ano, Belo Horizonte se esvaziava: todo mundo vinha chupar jaboticabas, que eram vendidas no pé. O freguês chupava quantas quisesse, até cair do galho", registrou o escritor mineiro Fernando Sabino, no livro *A Chave do Enigma*. A frase do cronista é citada no documentário *O Ouro Negro dos Quintais de Sabará*, dirigido por Rodrigo de Angelis. O registro conta a relação histórica existente entre a fruta e a cidade, que se encontra a apenas 25 km da capital.

O título do documentário revela, de forma poética, a riqueza que o fruto representa para Sabará, uma das maiores produtoras de jaboticaba em Minas, estado que ostenta o título de maior produtor brasileiro da fruta. É nesta época do ano, logo após o início da temporada das chuvas, que os pés de jaboticaba são tomados pelos frutos. Por isso, os meses de novembro e dezembro têm sido tradicionalmente escolhidos pela Prefeitura de Sabará para a realização do Festival da Jaboticaba.

Criado em 1987, o evento anual pretende levar a cultura culinária surgida do uso da jaboticaba para as ruas. Isso porque a fruta deu origem a uma gama de receitas – de vinhos, licores, geleias, compotas – que vêm sendo passadas oralmente, de geração para geração. Não por acaso, em 2007 o evento foi registrado como patrimônio imaterial do município. Além de contribuir para a preservação dessa herança coletiva, o festival estimula a criação de novas receitas – hoje é possível degustar tortas, bombons, cocadas, cachacas, sorvetes, picolés e até muçarelas feitas à base de jaboticaba.

Em 2013, a expectativa da prefeitura, que está à frente do evento, é reunir vários expositores de derivados da fruta. A Central de Atendimento ao Turista de Sabará informa que a data e o local do evento serão definidos na segunda quinzena deste mês, já que tudo depende das águas de São Pedro. Mas, a exemplo dos anos anteriores, haverá a venda da fruta *in natura* e de derivados da jaboticaba. A programação poderá ser conferida no site www.sabara.mg.gov.br.

Mas, para quem gosta mesmo de comer a fruta no pé, esta época do ano abre a oportunidade de o turista

Evento celebra a fruta e toda a manifestação cultural que existe ao redor dela

vivenciar uma manhã ou uma tarde em um quintal de Sabará: alguns moradores abrem suas casas e alugam jaboticabeiras. A preservação da fruta nos terreiros é incentivada por lei municipal, de 1982, que dá 5% de desconto no valor do IPTU de imóvel onde estejam plantados pelo menos cinco pés de jaboticaba.

Período colonial

Para além do Festival de Jaboticaba, Sabará é

uma pequena joia do período colonial brasileiro, que nasceu no auge do ciclo do ouro e merece ser visitada em qualquer época do ano. Um dos pontos de visitação é o Museu do Ouro, que reúne objetos da época de extração do metal em Minas, no século 18. No espaço estão expostos também móveis da época, peças de arte sacra, pratarias, entre outros.

Uma viagem no tempo também pode ser empreendida pelas vias estreitas de paralelepípedos do centro histórico da cidade, que é notabilizada por possuir importante acervo de igrejas setecentistas: Nossa Senhora do Ó (1717); Nossa Senhora da Conceição (1710); Nossa Senhora do Carmo (1763); Nossa Senhora das Mercês (1781); Nossa Senhora do Rosário (1713); Nossa Senhora da Assunção, no distrito de Ravena; e São Francisco (1781).

Entre os casarões, muitos deles localizados na rua Pedro II, antiga rua Direita, destaca-se o solar do padre Correa ou de Jacinto Dias, construído em 1773, onde se hospedaram dom Pedro I e dom Pedro II.

Saiba mais:

Museu do Ouro:
Rua da Intendência, s/nº – Centro
Informações: (31) 3671-1848

Festival da Jaboticaba
Final de novembro ou início de dezembro
Informações: Central de Atendimento ao Turista: (31) 3672-7690